

## A GÊNESE DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

### *EL NACIMIENTO DE LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA BRASILEÑA EN EL CONTEXTO DE FORMACIÓN DE LA ENSEÑANZA SUPERIOR*

### *THE GENESIS OF THE BRAZILIAN UNIVERSITY EXTENSION IN THE CONTEXT OF HIGHER EDUCATION*

Zenilde Nunes BATISTA<sup>1</sup>  
Maria Teresa Micely KERBAUY<sup>2</sup>

**RESUMO:** Apresentamos neste artigo um estudo preliminar de como se deu a evolução do pensamento sobre extensão universitária em seu período de formação. Objetiva-se neste texto, através de revisão bibliográfica, demonstrar como a extensão tomou forma no momento inicial do Ensino Superior no Brasil até a reforma educacional da década de 1930. Os achados apontam um pensamento embrionário desenhado através de eventos marcados por fatores sociais e políticos que tiveram lugar na formação do Ensino Superior, especialmente no contexto das Reformas Educacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Extensão universitária. Ensino superior. Reforma educacional.

**RESUMEN:** *Se presenta en este artículo un estudio preliminar de cómo sucedió la evolución del pensamiento sobre la extensión universitaria en su período de formación. Se trata de una revisión bibliográfica con el objetivo dese hacer una historia inicial de Enseñanza Superior en Brasil hasta la reforma educativa de 1930. Las conclusiones señalan un pensamiento embrionario caracterizado a través de eventos marcados por factores sociales y políticos que tuvieron lugar en la formación de la Enseñanza Superior, especialmente en el contexto de las Reformas Educativas.*

**PALABRAS CLAVE:** *Extensión universitaria. Enseñanza superior. Reforma educativa.*

**ABSTRACT:** *We present in this article a preliminary study of how the evolution of the university extension in its period of formation took place. The objective of this text is to review how the extension was formed, from the initial moment of Higher Education in Brazil until the educational reform of the 1930s. The findings point out to an embryonic*

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Carlos – (UFSCar), São Carlos – SP – Brasil. Doutoranda em Ciência, Tecnologia e Sociedade/PPGCTS. ORCID: <<http://orcid.org/0000-0003-4937-5156>>. E-mail: zenildenb@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de São Carlos – (UFSCar), São Carlos – SP – Brasil. Docente Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade/PPGCTS. ORCID: <<http://orcid.org/0000-0002-0622-1512>>. E-mail: teresa.kerbauy@gmail.com

*thought wrought through events marked by social and political factors, which took place in the formation of Higher Education, especially in the context of Educational Reforms.*

**KEYWORDS:** *University extension. Higher education. Educational reform.*

## **Introdução**

Na estrutura universitária a Extensão se apresenta como o componente mais recente da base que dá suporte a essa Instituição. Desde a origem de sua formação em território nacional, a Universidade se alicerçou de maneira predominante no Ensino e na Pesquisa. Foi bem depois da grande reforma educacional de 1968 que a extensão começou a adquirir algum protagonismo nesse cenário.

Não obstante, suas bases foram lançadas em um momento bem anterior. Na literatura encontra-se registrado o pensamento extensionista mesmo na fase de criação das Escolas Superiores, ainda no Império (CUNHA, 2007a; COUTINHO, 1966). A gênese do que se tornou a Extensão Universitária – bem como a evolução do pensamento extensionista e das políticas ligadas a ela – foram marcados por fatores sociais e políticos intrínsecos às Reformas Educacionais e à configuração do Ensino Superior.

Buscamos demonstrar como essa Extensão tomou forma em diferentes momentos do Ensino Superior no Brasil. Consideramos que a apresentação dos contextos que levaram à construção histórica da Extensão Universitária no Brasil é fundamental para uma melhor compreensão das concepções e das políticas que a nortearam e aquelas que a conduzem atualmente.

Assim sendo, neste artigo estará em evidência algo da história do Ensino Superior, pois interessa apresentar nessa moldura a origem da Extensão Universitária. Ao abordar a formação da Extensão no Brasil, apresentamos sua trajetória como construída no bojo da história do nosso Ensino Superior.

## **As Escolas Superiores**

Antes de surgirem no Brasil, as universidades na América do Sul foram criadas em outros países, aqueles colonizados pelos espanhóis. Estes traziam uma postura diferenciada em relação ao ensino nas colônias, devido à sua estrutura universitária em nível de excelência, além do fato de terem encontrado na América povos nativos altamente

desenvolvidos, do ponto de vista antropológico. “Enquanto no Brasil, a pregação dos jesuítas, aliada à força das armas lusitanas, ao sistema de alianças e à guerra bacteriológica foi suficiente para sujeitar os ameríndios, na América espanhola a presença dos impérios asteca, maia e inca tornou necessária a demonstração de que a cultura europeia era superior, através do desenvolvimento acadêmico universitário” (RAMOS, 2011).

Diversas obras (FERNANDES, 1975; CUNHA, 2007a, 2007b e 2007c; TRIGUEIRO, 2003) relatam sobre a maneira como se deu a formação do Ensino Superior no Brasil, até se configurarem as Universidades como são hoje. Esse ensino já nasceu arcaico, ainda que fosse novo. Isso porque tivemos a moldura do quadro português nesse processo. E a educação superior portuguesa se encontrava totalmente fora das tendências institucionais de modernização no cenário europeu.

Esse processo de **senilização institucional precoce** tinha, portanto, dupla origem. Em parte, ele procedia do atraso cultural relativo dos modelos institucionais portugueses. Em parte (na verdade, na maior parte), ele provinha do condicionamento sociocultural do ambiente e das necessidades educacionais que ele alimentava ao nível do ensino superior. A sociedade brasileira empobreceu aqueles modelos, converteu a sobra residual no padrão brasileiro de escola superior e submeteu esta última a uma utilização sistematicamente precária (FERNANDES, 1975, p. 98).

Assim, a Universidade brasileira, em termos genéticos, se alicerça histórica, cultural e pedagogicamente em um paradigma europeu. Tendo desembarcado aqui no Brasil através de modelos copiados de Portugal, Alemanha, Estados Unidos e principalmente da França, ela não foi criada e pensada para nós, mas era instituição compatível com realidades de outros países, que tinham problemas e demandas distintos.

Assim, as exigências daqui eram bem outras, e, conseqüentemente, a estrutura dessa modalidade de ensino que foi instituída em nosso país não correspondia propriamente ao que eram as universidades portuguesas. Aqui ocorreu uma transposição apenas das Escolas Superiores, um modelo intermediário na estrutura de ensino luso, que ficava entre o ensino secundário e o Universitário.

Posteriormente, essas escolas superiores foram pouco a pouco sendo agrupadas, originando as nossas Universidades. Sobre essa formação pode-se afirmar que se constituiu a partir de influências diversas, que carregavam concepções de Universidade diferenciadas entre si.

Portanto, tivemos uma Universidade que se caracterizava pelo colonialismo educacional, um meio pelo qual se mantinha uma estrutura organizada de dependência cultural diante do colonizador. “O fato é que a escola superior tradicional e a universidade conglomerada constituíam versões pobres de uma precária assimilação de modelos arcaicos de ensino superior. Elas organizavam a vida intelectual como parte de uma situação colonial crônica de dependência cultural” (FERNANDES, 1975, p. 156).

### **O lugar da Extensão na história da universidade brasileira**

Se considerarmos a definição de ensino superior conforme Cunha (2007a) – segundo a qual ensino superior é aquele que visa ministrar um saber superior – os primeiros cursos tidos como superiores na colônia brasileira dataram de final do século XVI: os colégios jesuítas na Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Olinda, Maranhão e Pará, com cursos como de Filosofia, Teologia e Matemática. Essa modalidade de ensino teve seu primeiro período marcado desde 1572 até 1808, quando da transferência da sede do reino português para o Rio de Janeiro. A partir daí a Educação Superior foi rapidamente adquirindo traços voltados para o atendimento à nova demanda que se instalava no país, junto com a corte.

Uma figura que merece destaque na política de ensino nesse contexto foi José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, um dos principais produtos da Universidade de Coimbra. Ele trouxe de lá a ideia embrionária do Ensino Superior que alcança o “homem comum”, externo às instituições e com ele dialoga. As palavras de Azeredo Coutinho, ao criar o seminário e apresentar os objetivos, demonstraram que pretendia-se algo mais na formação dos estudantes. “Quando o habitante dos sertões e das brenhas for filósofo, quando o filósofo for habitante das brenhas e dos sertões, ter-se-á achado o homem próprio para a grande empresa das descobertas da natureza e dos seus tesouros” (COUTINHO, 1966). E falando dos sacerdotes formados pelo seminário no curso de Teologia, acrescenta de maneira visionária:

Como hidráulico e geômetra, ele ensinará os seus paroquianos a abrir canais, a conduzir as águas às suas lavouras, aos seus campos e as suas minas, ele lhes ensinará a represá-las e a levá-las às maiores alturas. Como físico instruído nas leis do mecanismo, ele lhes ensinará a aumentar as forças pelo meio das máquinas, não só simples, mas também compostas. Como geógrafo inteligente, ele descreverá a extensão da sua paróquia, não só quanto às suas confrontações e dimensões, mas também

quanto à natureza de que é, ou não, capaz o seu terreno e o para que é mais ou menos próprio. (COUTINHO, 1966, p. 65).

Nesse momento não se tratava conceitualmente de extensão no Ensino Superior, entretanto, observam-se nuances do pensamento que objetivava difundir, para o público externo à instituição, algo do conhecimento produzido. Essas aspirações faziam parte da ideologia dos recém-chegados das terras lusas. Entretanto é significativo compreender que o modelo educacional importado e posto, enquanto processo, tinha apenas o ensino como propósito final da Educação Superior.

A instrução formal não era uma carência exclusiva dos setores burocráticos do Estado. Também a formação de profissionais liberais era uma necessidade, pois havia uma série de novas atividades que passaram a ter lugar com a transferência da sede do poder metropolitano para o Brasil. No novo contexto econômico, social e político que se compôs houve um rearranjo não apenas na Educação. Órgãos administrativos foram criados, outros modificados, outros ainda multiplicados<sup>3</sup>.

Vários fatores impulsionaram as mudanças culturais – que foram profundas – naquele momento. A presença da corte atraía uma diversidade de mercadorias importadas, e muito mais baratas, pois agora era a capital do reino. Isso trouxe hábitos de consumo até então impossíveis.

O fato de a educação Escolar sofrer os efeitos desses novos tempos é apenas consequência de todos os acontecimentos que tiveram lugar naquele momento histórico. Foi nesse período que se compôs o núcleo de ensino superior em que se desenvolveu e se estruturou o que temos hoje, vinculado a essa origem por ampliação e diferenciação. [...] O ensino superior atual nasceu, assim, junto com o Estado Nacional, gerado por ele e para cumprir, predominantemente, as funções próprias deste. (CUNHA, 2007a, p. 75-76).

A ótica nacional imperialista predominava no tocante à educação acadêmica dos jovens das classes dominantes. As escolas superiores literalmente entregavam como produtos profissionais formados para exercerem os cargos burocráticos que haviam sido criados pelo aparelho estatal quando do recebimento de D. João.

Assim, o Ensino Superior continuou sendo ministrado na forma de escolas e cursos isolados que, na metade do séc. XIX, começaram a ter o status de faculdades. A elite, dona do poder, até então não via vantagens na criação de universidades (MARTINS, 2002).

<sup>3</sup> Cunha (2007a) escreve sobre a criação de cargos como o de Provedor-mor da Saúde, a multiplicação de Secretarias, cartórios e de cargos de juízes na estrutura jurídica e administrativa daquele momento.

Mas havia uma situação – aos olhos da elite – de facilidades para obtenção do grau superior, e isso a preocupava. A partir da reforma Eptácio Pessoa (1901), as escolas particulares tiveram condições facilitadas para se equiparar às oficiais em termos de funcionamento, e o acesso feminino aos cursos superiores também foi uma marca. Em grande medida, junto com esse crescimento e devido à disseminação das escolas superiores livres empreendidas por particulares, a elite via nisso uma facilidade de ingresso no ensino superior. Nesse contexto,

A função desempenhada pelo sistema educacional escolar, nas sociedades capitalistas, de fonte fornecedora de diplomas garantidores da posse dos conhecimentos “apropriados” aos cargos conferidores de maior remuneração, prestígio e poder, chegou a ser ameaçada por aquele processo de expansão/facilitação: os diplomas das escolas superiores tendiam a perder raridade e, em consequência, a deixar de ser um instrumento de discriminação social eficaz e aceito como legítimo. A introdução dos exames vestibulares às escolas superiores foi uma tentativa de restabelecer o desempenho daquela função (MARTINS, 2002, p. 147).

Como se pode notar, desde bem cedo na nossa história da educação, o Ens. Superior já era um caminho para a reprodução da discriminação social. A reforma promovida pela lei Rivadávia Correia (1911) introduziu, entre outras questões, a autonomia administrativa às Escolas Superiores, cujos exames para acesso deveriam elas mesmas aplicar. Na verdade, esses exames se tornaram nesse momento os precursores do exame vestibular, na tentativa de conter o que chamaram de ‘invasão’ do ensino superior por candidatos inabilitados. Atribuía-se à ineficácia dos exames preparatórios, que, ao não avaliar de forma eficaz os candidatos, facilitavam o acesso indevido destes ao ensino superior.

Através dessa lei, o governo do presidente Hermes da Fonseca, seguindo a linha doutrinária positivista<sup>4</sup>, pretendia que não houvesse mais o status oficial do ensino. Por meio de um decreto presidencial, foi determinado que as escolas de ensino superior passassem a ser entidades corporativas autônomas. Dessa forma, o Estado não mais seria titular nem monopolizaria a validade oficial dos diplomas e certificados. Essa prerrogativa se transferiu para as entidades de ensino (CURY, 2009).

Outra reforma, em 1915, a Carlos Maximiliano, promoveu profundas mudanças, em que o exame de admissão recebeu oficialmente o nome de vestibular. Nela ocorreram

<sup>4</sup> As ideias positivistas já haviam sido introduzidas na educação desde a reforma Benjamin Constant, ocorrida em 1890, ainda no Império.

correções de ordem administrativa e da burocracia de funcionamento das escolas, bem como de atuação profissional dos professores. Essa reforma veio com a intenção de reorganizar o ensino, e retorna então a diplomação do ensino superior para os estabelecimentos oficiais e aqueles que tinham permissão especial. Foram instituídos os exames vestibulares, com possibilidade de realização parcelada, que perduraram até 1925, quando foi instituída a reforma Rocha Vaz.

Algumas casas de ensino estiveram na vanguarda nesse processo de passagem de Escolas Superiores para a estrutura de Universidades, ainda no início do século. Alguns exemplos são a Universidade de Manaus (1909), Universidade Livre de São Paulo (1912) e Universidade do Rio de Janeiro (1920).

Mas foi em meio às reformas ocorridas na Primeira República que se firmaram os estabelecimentos de Ensino Superior Universitários. A Reforma Francisco Campos (1931) reestruturou o ensino superior – autorizando e regulamentando o funcionamento das universidades –, e como resultado mais importante desse período foi elaborado o Estatuto das Universidades, ampliando as possibilidades de formação de professores secundários e de desenvolvimento da cultura (CACETE, 2014).

Em sua grande maioria, as Universidades se fizeram a partir de junções de Escolas Superiores, formando aglomerados, num processo que atropelou a organização universitária a partir de um formato pensado e concebido – política e administrativamente – desde o início para tal propósito, e que atendesse as necessidades e particularidades do país.

Isso necessariamente passaria por prescindir de modelos prontos, trazidos das terras de além-mar, cujos contextos sociais, políticos e econômicos em nada se pareciam e nada tinham em comum com a jovem pátria. Duas das Universidades que surgiram antes desse período permaneceram: a do Rio de Janeiro (1920) e de Minas Gerais (1927). Várias foram criadas, mas não puderam subsistir, como as de Manaus, São Paulo e Paraná, por exemplo.

A Universidade Livre de São Paulo<sup>5</sup> foi inaugurada em 1912, iniciando com 7 cursos e teve um crescimento rápido, tanto que agregou a si a Academia de Ciências de São Paulo e a Associação Beneficente Universitária. Organizou a Universidade Popular e com ela realizou de forma pioneira a extensão universitária (SOUSA, 2000; GURGEL,

---

<sup>5</sup> Denominada também por Universidade de São Paulo (CUNHA, 2007a; NOGUEIRA, 2001), por vezes leva a um equívoco, associando à atual USP.



1986). Seguindo os moldes das Universidades na Inglaterra<sup>6</sup>, eram oferecidos cursos populares, direcionados ao público externo.

A existência da Universidade Popular coloca a Universidade de São Paulo como a primeira instituição de ensino superior no Brasil a desenvolver atividades de extensão. Sem constituir uma unidade com corpos docente e discente próprios, ela promovia conferências semanais gratuitas, abertas a quem quisesse. Os cursos eram sobre os mais variados assuntos [...] como *O fogo sagrado da Idade Média, Grandes viagens e grandes viajantes do Brasil, Importância e progresso da otorrinolaringologia...* e outros mais. Numa época em que as lutas de classes explodiam em greves e repressões policiais, não se entendia por que a Universidade Popular era infelizmente ainda mal compreendida ou, talvez, ignorada pelas classes populares a que ela se destina. (CUNHA, 2007a, p. 205).

A Universidade Livre de São Paulo não durou muito tempo mais além do ano de 1917, ou seja, uma vida de apenas 5 anos de atividade.

Temos então que um esforço inicial para promover a extensão universitária encontra-se oficialmente historicizada na trajetória de surgimento e consolidação das Universidades no Brasil. A principal característica da Universidade Popular era a promoção de conferências e cursos gratuitos abertos aos interessados. O movimento das Universidades populares era decorrente do Manifesto de Córdoba<sup>7</sup>, que demandava para a Universidade uma definição tal que esta efetivamente servisse ao povo. As propostas expressas nesse manifesto e seus desdobramentos desembocavam na utilização da atividade de extensão Universitária como instrumento para concretizar o compromisso da universidade com o povo.

Particularmente em relação à extensão praticada na Universidade Livre de São Paulo naquele momento, apresentava-se um contrassenso, pois a existência dela foi ignorada pelas classes populares e não se conseguiu atingir o interesse delas mediante as ações a elas ofertadas. Importa destacar que a baixa frequência aos cursos oferecidos é algo

<sup>6</sup> A Inglaterra foi historicamente a precursora das atividades de extensão universitária. Como ação educativa da Universidade para setores da sociedade que a ela não tinham acesso, as Universidades de Cambridge (1867) e Oxford começaram com programas de extensão, onde se discutia acerca da responsabilidade da academia com os setores populares (LEÓN ROJAS, 2013).

<sup>7</sup> A literatura evidencia que esse movimento teve repercussões que vão além das mudanças tangíveis ocorridas dentro das universidades. Trindade (2004) aponta que sua importância se deu muito mais pelo seu significado político, que trouxe à luz um novo paradigma: a universidade como patrimônio de toda a sociedade, inclusive da comunidade externa. “O mais importante desdobramento do Movimento de Córdoba é a incorporação às funções da universidade da extensão universitária, entendida como instrumento que permite levar ao povo o saber que, até então, era exclusividade daqueles que a frequentavam”. (TRINDADE, 2004, p. 209).



que demonstrava um desconhecimento popular sobre o que estava sendo feito naquele momento justamente para ela, a população. Considerando as temáticas dos cursos estendidos ao público, é compreensível o desinteresse e a baixa frequência, pois eram assuntos pelos quais o cidadão simples e sem nenhuma formação acadêmica dificilmente iria se interessar.

Certamente que adquirir conhecimento sobre *O fogo sagrado da Idade Média* despertaria mais o interesse de quem já estudou algo sobre a Idade Média, ou pelo menos sabe minimamente o que ela representou na História. Muito provavelmente um tema como *a Importância e progresso da otorrinolaringologia* não interessaria a leigos sobre o assunto.

Assim sendo, é possível inferir que naquele momento embrionário, a extensão não estava sendo feita para um público que se encontrava verdadeiramente externo à Universidade. Para haver interesse por esses cursos era necessário um conhecimento prévio e, portanto, atraíam muito mais aqueles que já haviam frequentado ou estavam frequentando um curso superior – seja História, Medicina ou outro curso afim – do que a massa popular, a quem eram pretensamente destinados. Nesse sentido, a história da relação da universidade com a sociedade se desenhou traduzindo os modelos externos, bem como a ideia de Universidade que as elites assumiram.

As propostas de organização do ensino superior então se inclinavam a seguir modelos de diversos países europeus, dos EUA e da Argentina. Na Conferência Nacional de Educação (1927), havia um desencontro entre as propostas das autoridades ali reunidas: uns defendiam um tipo de universidade para cada região, outros uma universidade padrão para todo o país. Diversas teses (ao todo, cento e doze) defendiam inúmeras ações em prol do crescimento da educação em todos os níveis. Duas delas se destacam para o interesse deste estudo: a de número três e a de número dez. A exemplo do que fizera a Universidade Livre de São Paulo em 1912, as propostas vinham no sentido de popularizar o conhecimento em que atuariam os círculos de intelectuais. Elas se resumiam conforme segue:

**Tese nº 03:** Para a propagação do ensino popular, a autora<sup>8</sup> defendia a difusão do ensino popular da Geografia, através de conferências, distribuição de impressos em “linguagem popular”, realização de expedições através do território nacional; produção de filmes da natureza e divulgação do trabalho pela imprensa.

---

<sup>8</sup> Isaura Sydney Gasparini

**Tese nº 10:** Seu criador<sup>9</sup>, em projeto publicado na Revista da Faculdade de Direito, defendia que os “centros intelectuais” tomassem a frente no projeto *Liga para a educação popular*, com o fim de disseminar o conhecimento às classes populares. Sua proposta contemplava ações como conferências populares nas camadas mais humildes da sociedade, com divulgação por meio da imprensa com o fim de esclarecer aos pais de família sobre a necessidade dos cursos ditos teóricos na vida prática. Propunha também a instrução dos trabalhadores nas empresas (COSTA; SHENA; SCHMIDT, 1997).

O assunto referente à autonomia também dividia opiniões. Assuntos como a pluralidade na organização universitária, a autonomia administrativa, pedagógica e financeira frente ao Estado, a atuação no sentido da renovação da cultura brasileira pela pesquisa científica, o incentivo às obras de cultura e à extensão universitária na divulgação dos conhecimentos técnicos e outros foram debatidos. Por tudo isso as ideias que diziam respeito à organização do ensino superior, à criação das universidades, desaguaram em debates variados e situações complexas não resolvidas antes da Revolução de 1930.

Mas é possível observar que o objetivo maior do Ensino Superior – sua sistematização – não sofreu grandes mudanças se comparado àquele momento inicial. A Revolução de 1930 modificou sensivelmente o panorama até então desenhado. Já no primeiro ano da era Vargas, o ministro Francisco Campos providenciou a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras – primeira referência legal à Extensão Universitária. Foi o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931.

A extensão ficou através desse documento institucionalizada como um canal de possibilidades para o aperfeiçoamento de estudantes; também visava “prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários” (BRASIL, 1931, art. 35, alínea *f*). Foi pensada também para que o público externo obtivesse os benefícios, através do conhecimento filosófico, artístico, literário e científico. Destinava-se “principalmente à difusão de conhecimentos úteis à vida social e coletiva, à solução de problemas sociais e à propagação de ideias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais”. Ela era uma das atividades precípua à “vida social” universitária (BRASIL, art. 42, § 1, 1931).

No final da década de 30, em meio a uma efervescência de ideias liberais e especialmente relacionadas à Educação, destaca-se a figura de Fernando Azevedo, que

---

<sup>9</sup> João Arruda. O texto disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123679>>, não traz referências detalhadas sobre a citada Revista.

entendia a função da Universidade de modo muito diferente do existente na década de 20. Defendia uma cultura superior, porém descomprometida com aplicações necessariamente imediatas. Propunha uma formação superior que preparasse uma elite cultural, não apenas e necessariamente médicos, engenheiros, advogados e afins. Isto feito,

[...] a universidade estenderia a cultura já elaborada a todo o povo, por diversas vias: pela formação de professores para o ensino secundário e, indiretamente, pela formação de professores primários; pela extensão universitária, ministrando cursos e palestras de vulgarização; e, finalmente, pela ação dos seus ex-alunos nos cargos públicos e nas posições destacadas da Sociedade Civil, como nos partidos políticos e na imprensa (CUNHA, 2007b, p. 263).

Pode-se observar que o objetivo maior do ensino superior não sofreu grandes mudanças se for comparado àquele momento inicial, no império: de uma forma ou de outra, pretendia-se a manutenção de uma elite que estivesse pronta para ocupar os cargos mais importantes e que dirigisse intelectualmente a grande massa (CACETE, 2014).

Entretanto, alguma mudança ocorrera no que se refere a levar o conhecimento às massas. Mesmo porque já havia uma camada de cidadãos formada no contexto do surgimento e multiplicação da classe operária, do acréscimo de trabalhadores estrangeiros. Uma classe média, formada por trabalhadores em ascensão e por latifundiários em decadência tinha se avolumado. Desse grupo faziam parte principalmente filhos de trabalhadores autônomos das cidades, descendentes de colonos (imigrantes) e de escravos das fazendas. Procuravam como trabalhos lojas de repartições, cargos em escritórios, exercer atividade diferente daquelas manuais, dadas as condições duras de trabalho e sujeitas à exploração que definia o trabalho manual como próprio da modalidade escrava.

A fase de criação e estruturação da USP (1934) foi de grande importância para a história da educação no Brasil. Foi nesse período que teve início uma nova fase no pensamento liberal em relação à Educação. Aquele liberalismo elitista começou a diminuir as fronteiras, abrindo espaço para o liberalismo igualitarista, corrente herdeira do pensamento pedagógico liderado por Anísio Teixeira. Essas ideias desembocaram no manifesto *Os Pioneiros da Educação Nova*, responsável por aumentar o prestígio dos educadores igualitaristas.

A Universidade do Distrito Federal – UDF foi criada nesse contexto. Em abril de 1935, pelo decreto municipal nº 5.513, ela foi criada, constituída de cinco escolas: Ciências, Educação, Economia e Direito, Filosofia e Instituto de Artes. Tinha como meta

principal fomentar a pesquisa científica, literária e artística e divulgá-las não só através do ensino regular de suas escolas, como também pelos cursos de extensão popular. Com isso a UDF pretendia, além de produzir profissionais, formar também quadros de intelectuais. Dentre todas aquelas criadas até então, esta foi a única que já nasceu com sua autonomia econômica garantida no seu decreto de criação, bem como garantida a participação mais ampla dos estudantes nos conselhos. Ademais, a universidade foi considerada um centro de resistência democrática à política autoritária do Estado.

A criação do Conselho Nacional de Educação (1936), do Estatuto das Universidades Brasileiras e do Ministério da Educação ainda nos primeiros tempos do governo na década de 30, veio atender a uma demanda por coordenação política especializada para o setor educacional. E claro, essas medidas, por parte do governo, tinham o propósito de reforçar o aparelho do Estado na área da Educação, que por sua vez objetivava inculcar sua ideologia de um regime autoritário. A própria forma de composição da administração da universidade mostrava o controle exercido pelo governo também nessa área, importante na formação e transmissão de ideologias. Dessa forma, a autonomia, tanto administrativa quanto didática na universidade, era restrita.

A concepção da Universidade nesse momento era de cumprir um papel não apenas de instrução e formação de elite pensante, mas principalmente de ser um núcleo a partir do qual se difundissem ideologias. A extensão universitária também se configurou nesse momento como um veículo para esse propósito.

Criado em 1936, o Conselho Nacional de Educação teve dentre suas incumbências elaborar o Plano Nacional de Educação, em 1937.

O crescimento do ensino superior durante a Primeira República, em que pese o movimento de contenção acionado a partir de 1910-11, permitiu o aumento da proporção de estudantes oriundos das camadas médias, tanto dos setores ascendentes das classes trabalhadoras, quanto descendentes, formados pelos destituídos das classes dominantes. Paralelamente, a ampliação da burocracia estatal deve ter feito crescer o número relativo dos estudantes filhos de funcionários públicos, em detrimento dos filhos de pequeno-burgueses, isto é, pequenos comerciantes, industriais, agricultores, corretores, homens de pequenos negócios, em geral. [...] Já na primeira metade dos anos 30, a maioria dos estudantes das escolas superiores era constituída de jovens oriundos das camadas médias, filhos de funcionários do Estado e de empresas particulares, assim como de profissionais liberais.” (CUNHA, 2007a, p. 318).

Este momento parece ser um marco na construção de um pensamento voltado para uma universidade que abrigasse também as classes médias e baixas. A criação e atuação

da UNE – União Nacional dos Estudantes (1938), em plena vigência do Estado Novo, foi importante para imprimir a luta discente na própria construção da universidade. Nesse panorama, os estudantes construíram um projeto para nova e ampla reforma Universitária, que só veio no final da década de 1960.

### Considerações finais

Através dessa construção preliminar do nascimento da Extensão no Brasil, observa-se que sua história se constituiu no interior de uma moldura mais ampla, a da história do Ensino Superior, que por sua vez se estruturou no contexto social, político e econômico do cenário nacional.

É válido salientar que os movimentos estudantis – com destaque para a UNE – exerceram papel deveras importante para que acontecessem iniciativas efetivas na direção da institucionalização e realização de ações de extensão. As reivindicações em torno da extensão tomaram forma como reflexo de outras, também relacionadas ao ensino, que visavam sua democratização. Nesse ciclo inicial, que foi abordado neste artigo, o próprio Ensino Superior ainda se movia na construção de sua identidade.

Por terem atuado na vanguarda da interação entre Universidade e comunidade externa, os estudantes foram atores importantes, e suas pautas – ainda que não atendidas conforme requeridas – foram fundamentais para se pensar e institucionalizar a extensão a partir das reformas educacionais que se seguiram à década de 1930.

### REFERÊNCIAS

BRASIL, DECRETO Nº 19.851, DE 11 DE ABRIL DE 1931. **Estatuto das Universidades Brasileiras**. Disponível em: <<https://goo.gl/sJo1z2>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

CACETE, Núria Hanglei. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1061-1076, out./dez., 2014.

COUTINHO, Azeredo. **Obras econômicas**. São Paulo, Nacional, 1966.

COSTA, Maria José Franco Ferreira.; SHENA, Denilson Roberto.; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **I Conferência Nacional de Educação** (Curitiba, 1927). Brasília, MEC-SEDIAE-INEP, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/ZT7E5T>>. Acesso em: 17 maio 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade temporã** - da colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2007a.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica**: o ensino superior na república populista. São Paulo: Editora UNESP, 2007b.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. São Paulo: Editora UNESP, 2007c.

CURRY, Carlos Roberto Jamil. A desoficialização do ensino no Brasil: A Reforma Rivadávia. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 717-738, out., 2009.

FERNANDES, Florestan. **A universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária**: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez; Universidade Federal do Ceará, 1986.

LEÓN ROJAS, Andrés Leonardo. **La extensión universitaria em América Latina desde sus orígenes a la actualidad**. Disponível em: <<https://goo.gl/7GuqiY>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**. v. 17, (Suplemento 3), 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010286502002000900001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010286502002000900001)>. Acesso em: 29 maio 2017.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão Universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, Dóris Santos de (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

RAMOS, Fábio Pestana. História e Política do Ensino Superior no Brasil: algumas considerações sobre o fomento, normas e legislação. **Para entender a História**, ano 2, v. mar., Série 14/03, 2011, p.01-17. Disponível em: <<http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2011/03/historia-e-politica-do-ensino-superior.html>>. Acesso em: 19 set. 2017.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas, Alínea, 2.000.

TRIGUEIRO, Michelângelo Giotto Santoro. Reforma universitária e mudanças no ensino superior no Brasil in: **Digital Observatory for higher education in Latin America and the Caribbean**. IESALC/UNESCO, Brasília, 2003.

TRINDADE, Hélió. A república em tempos de reforma universitária: o desafio do governo Lula. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 819-844, Especial - Out. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

### Como referenciar este artigo

BATISTA, Zenilde Nunes.; KERBAUY, Maria Teresa Micely. A gênese da Extensão Universitária brasileira no contexto de formação do Ensino Superior. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 3, p. 916-930, jul./set., 2018. E-ISSN: 1982-5587. DOI: 10.21723/riaee.v13.n3.2018.11178

**Submetido em:** 08/03/2018

**Revisões requeridas:** 10/04/18

**Aprovado em:** 10/05/2018